

Nº: 92-IX
Proc.º: 30.06.03.02
Data: 2009-01-27

Senhor Presidente;
Senhoras Senhores Deputados;
Senhor Presidente do Governo Regional;
Senhoras e Senhores membros do Governo Regional;

Vou falar-vos de Educação.

Antes de mais é nosso dever e de qualquer cidadão sério e construtivo, congratular o Governo Regional nas pessoas do seu Presidente e da Sra. Secretária Regional da tutela pela abertura e empenho demonstrados ao prolongarem a negociação do Estatuto da Carreira Docente, com assumidos avanços, nomeadamente ao nível dos horários, faltas por doença e avaliação de desempenho que dele decorre.

Congratulamo-nos também com a demarcação e o reconhecimento público e explícito de que não é forçoso e necessário cometer os mesmos erros que têm sido cometidos pelo Ministério da Educação nesta matéria.

Congratular-nos-emos ainda mais se algumas das preocupações que manifestarei de seguida tiverem já sido ou venham a ser ultrapassadas pelas negociações em curso.

Porém, nunca é demais frisar que o modelo de avaliação dos docentes, ora suspenso, assenta em primados economicistas que visam tão só e simplesmente limitar as progressões na carreira, não configurando uma efectiva melhoria da qualidade do ensino da rede escolar pública, e está assente em vários pressupostos falaciosos que passo a enumerar:

Primeiro, parte-se do princípio de que os professores não eram avaliados no modelo anterior e de que a sua progressão na carreira era automática. É falso!

Os professores faziam formação contínua, sem a qual não progrediam da carreira, elaboravam um relatório descritivo e auto-crítico do seu desempenho durante o escalão, que era analisado por uma comissão paritária, e trabalhavam cooperativamente em escolas com articulações, com

Departamentos, Conselhos Executivos, Pedagógicos, Assembleias, Direcções de Turma e eram orientados, coordenados, responsabilizados, corrigidos e avaliados diariamente.

Não advogamos a perfeição deste modelo, mas o facto é que a avaliação era feita formativa e continuamente, com base no trabalho diário do professor;

Em segundo lugar, o modelo que se pretende implementar, não visa avaliar professores numa perspectiva formativa mas sim classificar professores individualmente.

Aqui reside a suprema falácia: Pretende quantificar-se para melhorar a qualidade, quando nos parece óbvio que a qualidade só é atingível pela via da qualificação de pessoas e instituições;

Em terceiro lugar, o modelo proposto, por assentar na individualização, põe em risco todo o trabalho cooperativo, de partilha e de articulação nas nossas escolas;

Quarto: A intenção de fazer repercutir o insucesso escolar na avaliação dos professores é, nem mais nem menos que um convite explícito à fraude avaliativa na prática docente;

Quinto: A intenção de fazer repercutir o abandono escolar na avaliação dos professores é uma hedionda tentativa de branqueamento das verdadeiras causas para esse flagelo, que são essencialmente do foro social e não do foro pedagógico;

Sexto: As grelhas contendo os parâmetros a avaliar não conferem, para já e reconhecidamente, objectividade.

Senhor Presidente;

Senhoras e Senhores Deputados;

É com preocupação que vemos que numa região geograficamente descontínua, um professor das Flores que pretenda levar o filho a uma consulta de Pediatria se veja forçado a faltar no mínimo três dias, ao invés de um seu colega de outra ilha onde essa especialidade médica exista.

Pensamos que essas situações devem ser também alvo de correcção, até porque quando o Estatuto da Carreira Docente foi discutido e votado nesta Assembleia o CDS-PP alertou para este erro, mas não foi ouvido.

É com igual preocupação que temos observado nos últimos anos a confusão, alimentada em muitos casos pelos poderes políticos e por alguma comunicação social, entre sucesso escolar e qualidade do ensino.

Parece-nos perfeitamente linear e urgente dizê-lo, até porque nunca o ouvimos de ninguém com efectiva responsabilidade política e governativa, que no actual paradigma, qualidade implica trabalho, empenho e rigor e trabalho, empenho e rigor podem implicar taxas de sucesso mais modestas.

Sejamos claros: ou trabalhamos para a estatística e promovemos o analfabetismo funcional ou trabalhamos para obter mais qualificação e excelência. Falar disto é que é falar de Educação e o CDS-PP está marcadamente ao lado da qualificação e da excelência.

Senhor Presidente;

Senhoras e Senhores Deputados;

A Sra. Ministra da Educação teve uma única, mas grande virtude que não podemos escamotear. Deu um contributo inestimável para unir uma classe profissional tradicionalmente fragmentada.

E os nossos professores, sendo que não são todos iguais e os há mais empenhados e menos empenhados, melhores e menos bons - como em todas as profissões - têm demonstrado que são, na sua esmagadora maioria, grandíssimos e abnegados profissionais.

A situação actual do Ensino só não é calamitosa porque os docentes, tantas vezes contestados e atentados na sua dignidade, privados dum estatuto que lhes fazia justiça profissional e social, têm, com enorme capacidade de sacrifício pessoal e familiar, amparado e amortecido os erros, experiências e pressões exercidos por decisores políticos, minimizando o seu impacto nos alunos.

Não é atacando a classe docente que se terá nem mais qualidade nem mais sucesso, antes pelo contrário. A qualidade é uma meta impensável numa área em que não se mantém os profissionais motivados e em escolas onde o trabalho cooperativo é comprometido e a ênfase posta em objectivos pessoais.

Senhor Presidente;

Senhoras e Senhores Deputados;

Senhor Presidente do Governo Regional;

Senhoras e Senhores membros do Governo Regional;

É nosso dever de cidadania deixar trabalhar as Escolas e os professores naquilo que é realmente importante.

É nosso dever de responsabilidade política fazer jus ao princípio da autonomia das Escolas.

É nosso dever orientar o contributo legislativo para aliviar os professores da excessiva carga burocrática que os sufoca e que constitui um sério entrave à excelência pedagógica por todos pretendida.

É nosso dever político e de consciência investir na dignificação da imagem pública dos nossos docentes e das nossas escolas públicas.

É da mais elementar justiça que o façamos, visto que a degradação da imagem pública e culpabilização desta classe pela falência do modelo educativo, e pelas derrapagens orçamentais na área da Educação, são injustas e têm, intencionalmente ou não, sido promovidas por tutelas sucessivas e irresponsáveis.

Os modelos educativos vão inevitavelmente à falência porque as escolas são espelhos da sociedade e esta está em permanente mutação, e as derrapagens resultam da gestão que se faz dos recursos existentes. Não podem, em circunstância alguma, ser os docentes a arcar com o ónus de situações que não lhes dizem respeito.

Senhor Presidente;

Senhoras e Senhores Deputados;

É nosso dever reconhecer que só trabalhando em articulação com os profissionais do sector poderemos ter uma escola pública capaz de dar resposta ao desafio que é a projecção da nossa Região no futuro;

É dever de qualquer tutela consciente liderar a defesa dos profissionais contribuintes que representa.

Reconheçamos, porque temos essa responsabilidade, que só podemos ter um ensino melhor se reconhecermos competência e qualificação pedagógica e científica a quem, por vocação e formação académica específica está qualificado para o efeito.

Esta é a realidade sobre a qual devemos todos reflectir e é nosso dever, por inerência, dar um contributo relevante para a pacificação de um sector que só poderá prosseguir na senda da qualidade se tiver tranquilidade e o reconhecimento que merece.

Em suma, o que o CDS-PP defende para a nossa educação é uma escola construída com os professores e não de costas voltadas para eles.

E, sendo eles os maiores especialistas em avaliação que temos, não faz qualquer sentido perdermos esta oportunidade negocial que só peca por tardia.

Que as negociações em curso redundem numa solução pacífica, para que os nossos docentes possam voltar a focar a sua energia e sapiência no que melhor sabem fazer: Contribuir para mais e melhores aprendizagens dos jovens Açorianos, cidadãos de amanhã.

Para defender um ensino melhor e mais digno, pode esta Casa contar sempre com o nosso contributo.

O Deputado Regional



Paulo Rosa